... continuação

CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DO CERRADO S.A. - CNPJ/MF n° 35.593.905/0001-05

Concessão: A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do Contrato de Concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão. Determinação das receitas de construçã: A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01 Contratos de Concessão, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, ela realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção, sendo esta prática de mercado das empresas de concessão rodoviária. Capitalização dos custos de debêntures: Conforme descrito na Nota 3.e, a Companhia capitaliza os custos de debêntures diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis. A taxa de capitalização é obtida dividindo-se o saldo médio de obras em andamento pelo saldo médio de debêntures, no encerramento de cada mês.Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos: A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue: a) Provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 9,78% ao ano (10,86% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base o Custo Médio Ponderado de Capital - CMPC (*Weighted Average Cost of Capital* - WACC na sigla em inglês), calculado por consultoria externa e corroborado pela administração da Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Política contábil: A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	1.195	1.514
Equivalentes de caixa:		
Fundo de investimento (a)	226.609	103.307
Operações compromissadas (b)	1.500	-
Aplicações automáticas (c)	372	-
	229.676	104.821

a) Em 31 de dezembro de 2023 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 75,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 24,9% em Cotas de Fundo. (Em 31 de dezembro de 2022 a carteira do Fundo de Investimento era composta por 95,1% em Certificado de Depósito Bancário (CDB) e 4,9% em Cotas de Fundo). As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimento são remuneradas à taxa de 102,8% em 31 de dezembro de 2023 (103,4% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas são remuneradas à taxa de 85% do CDI em 31 de dezembro 2023, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF. c) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicações automáticas, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, a companhia mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	31/12/2023	31/12/2022
Cotas Fundo - BTG CDB Plus (a)	73.465	5.311
Cotas Fundo - FIDC ECO (b)	1.508	-
	74.973	5.311

a) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo emitido pelo Banco BTG Pactual S.A. (Fundo BTG CDB Plus), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento. A referida aplicação possui Liquidez Diária. b) Em 31 de dezembro 2023, os recursos referem-se as aplicações financeiras em Cotas de Fundo de Direitos Creditórios do Grupo Ecorodovias com gestão e administração do Banco BTG Pactual S.A. (Fundo FIDC_ECO), remunerado à taxa média ponderada de 102,8% do CDI, vinculado ao fundo de investimento.

7. CLIENTES

A composição está assim representada:

	31/12/2023	31/12/2022
Pedágio eletrônico (a)	14.761	9.751
Outras contas a receber (b)	560	441
	15.321	10.192

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio. (b) Representados, substancialmente, por serviços prestados aos usuários relativos as tarifas de pedágio recebidas nas modalidades "cartão de débito" e "cartão de crédito".

O "*aging list*" das contas a receber está assim representado:

	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	15.321	10.192
	15.321	10.192

8. IMOBILIZADO

Política contábil: O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	19,2	10,5	9,8	-
Custo				
Saldo em 31/12/2022	50.137	1.557	1.430	53.124
Adições	13.897	357	88	14.342
Baixa	-	(35)	-	(35)
Transferências	15	(153)	-	(138)
Saldo em 31/12/2023	64.049	1.726	1.518	67.293
Depreciação				
Saldo em 31/12/2022	(15.854)	(261)	(274)	(16.389)
Adições	(10.972)	(162)	(145)	(11.279)
Saldo em 31/12/2023	(26.826)	(423)	(419)	(27.668)
Residual				
Saldo em 31/12/2023	37.223	1.303	1.099	39.625
Saldo em 31/12/2022	34.283	1.296	1.156	36.735

	Hardwares	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Total
Taxa anual de depreciação - %	20,0	10,0	10,0	-
Taxa média ponderada de depreciação - %	20,0	9,8	10,1	-
Custo				
Saldo em 31/12/2021	38.029	1.371	1.356	40.756
Adições	11.165	186	74	11.425
Transferências	943	-	-	943
Saldo em 31/12/2022	50.137	1.557	1.430	53.124
Depreciação				
Saldo em 31/12/2021	(7.268)	(114)	(135)	(7.517)
Adições	(8.584)	(147)	(139)	(8.870)
Transferências	(2)	-	-	(2)
Saldo em 31/12/2022	(15.854)	(261)	(274)	(16.389)
Residual				
Saldo em 31/12/2022	34.283	1.296	1.156	36.735
Saldo em 31/12/2021	30.761	1.257	1.221	33.239

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos ou de processos de qualquer natureza. A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia. Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 31 de dezembro 2023 e exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

9. INTANGÍVEL

Política contábil: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível. A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	*Softwares* de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	20,0	(d)	-
Custo					
Saldo em 31/12/2022	518.109	252.576	2.561	19.012	792.258
Adições	4.434	229.928	284	4.224	238.870
Baixas	-	(15)	-	-	(15)
Transferências	50.698	(50.560)	-	-	138
Saldo em 31/12/2023	573.241	431.929	2.845	23.236	1.031.251
Amortização					
Saldo em 31/12/2022	(10.062)	-	(901)	(3.530)	(14.493)
Adições	(9.545)	-	(541)	(4.858)	(14.944)
Saldo em 31/12/2023	(19.607)	-	(1.442)	(8.388)	(29.437)
Residual					
Saldo em 31/12/2023	553.634	431.929	1.403	14.848	1.001.814
Saldo em 31/12/2022	508.047	252.576	1.660	15.482	777.765

	Contratos de concessão (a)	Intangível em andamento (c)	*Softwares* de terceiros	Direito de uso - CPC06 (R2)	Total
Taxa anual de amortização - %	-	-	20,0	-	-
Taxa média ponderada de amortização - %	(b)	-	-	(d)	-
Custo					
Saldo em 31/12/2021	294.798	139.069	2.401	4.869	441.137
Adições	50.601	287.506	160	14.143	352.410
Baixas	(70)	(276)	-	-	(346)
Transferências	172.780	(173.723)	-	-	(943)
Saldo em 31/12/2022	518.109	252.576	2.561	19.012	792.258
Amortização					
Saldo em 31/12/2021	(4.507)	-	(405)	(979)	(5.891)
Adições	(5.555)	-	(496)	(2.553)	(8.604)
Transferências	-	-	-	2	2
Saldo em 31/12/2022	(10.062)	-	(901)	(3.530)	(14.493)
Residual					
Saldo em 31/12/2022	508.047	252.576	1.660	15.482	777.765
Saldo em 31/12/2021	290.291	139.069	1.996	3.890	435.246

(a) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a Infraestrutura Rodoviária. Em 31 de dezembro de 2023, as principais adições nesta rubrica referem-se a: projetos executivos e de adequação, ampliações de capacidade de atendimento das praças de pedágios, sistemas de arrecadação, monitoramento e fiscalização e reabilitação de pavimentos. (b) As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2023 foram 1,67%a.a. (1,13% a.a. em 31 de dezembro 2022). (c) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no ano de 2023 referem-se a: projetos para operação na rodovia como reabilitação e levantamentos de pavimentos e sinalização, consultorias e recuperação de elementos de proteção e segurança. (d) Amortização realizada conforme prazo de contrato de arrendamento.: No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram capitalizados R$19.227 referentes a encargos financeiros de financiamentos (R$1.516 em 31 de dezembro de 2022) de financiamentos vinculados a intangível em andamento, obtidos através do cálculo do saldo médio de obras em andamento dividido pelo saldo médio de financiamentos. (e) Impairment: A Administração da Companhia contratou consultoria externa para avaliar fatores internos e externos que indicassem se os ativos intangíveis apresentam valores contábeis superiores aos seus valores recuperáveis, na data-base de 31 de dezembro de 2023. O valor em uso foi calculado com base no método do fluxo de caixa descontado (ou DCF), considerando os seguintes critérios: (i) premissas de projeção: as premissas de projeção dos resultados (receitas, custos, despesas, investimentos e capital de giro) e fluxos de caixa futuros (abordagem do FCFF ou *Free Cash Flow to Firm*), cujas perspectivas de crescimento para as rodovias baseiam-se no orçamento anual e nos planos de negócios preparados pela Administração, bem como em dados de mercado e de empresas comparáveis. Essas premissas representam a melhor estimativa da Administração quanto às condições econômicas vigentes durante o prazo de contrato de cada concessão; (ii) Moeda de projeções: BRL nominal, considerando efeitos inflacionários; (iii) Taxa de desconto: metodologia do WACC (ou CMPC na sigla em português), em termos nominais, depois dos impostos. O WACC (*Weigthed Average Cost of Capital*) foi estimado com base em premissas de mercado e de empresas comparáveis à Companhia, resultado em: 10,21% a.a. (13,47% antes dos impostos). Com base nos procedimentos realizados relacionados a avaliação sobre o valor recuperável dos ativos intangíveis, a Administração da Companhia não identificou ajuste de *impairment* a ser constituído no resultado do exercício.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Política contábil: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável. a) Tributos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	31/12/2022	Balanço patrimonial Adições	Baixas	31/12/2023	Resultado 31/12/2023
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1	160	-	161	160
Provisão para manutenção	8.227	4.727	-	12.954	4.727
Juros capitalizados	(515)	(6.537)	5	(7.047)	(6.532)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	7.713	(1.650)	5	6.068	
Receita (despesas) de IR e CS diferido					(1.645)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o lucro, parágrafo 72, a Companhia possui em 31 de dezembro de 2023 R$6.068 no ativo não circulante (R$7.713 no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022) e registrou débito R$1.645 de Imposto de Renda e Contribuição Social no resultado do exercício. A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações. Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos tributos diferidos seja realizada em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de

continua ...

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.
Verificação de conformidade no ITI, acesse o link: https://validar.iti.gov.br/

GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Assinado de forma digital por GAIA EDITORA GRAFICA LTDA:12512322000107
Dados: 2024.03.13 20:24:53 -03'00'

PÁGINAS AUDITADAS

Esta publicação foi feita de forma 100% pela empresa Diário de Uberlândia em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA.
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link:
https://diariodeuberlandia.com.br/publicidadelegal